Capital-base e requisitos financeiros

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O capital-base de uma standard payment institution (SPI) é de S$ 100.000; o de uma major payment institution (MPI), de S$ 250.000.[1] O capital-base é definido no reg. 2(2) das Payment Services Regulations 2019 como a soma do capital social ordinário integralizado, do capital integralizado em ações preferenciais irresgatáveis e não cumulativas e de determinadas reservas, deduzidos os prejuízos acumulados e certas outras deduções.[2] Os valores são baixos pelos padrões de uma corretora de valores mobiliários ou de um banco, porque não se destinam a absorver perdas operacionais. A MAS (Monetary Authority of Singapore) confia, em vez disso, no depósito de garantia das MPIs, na proteção e segregação dos ativos dos clientes e na condição de licença segundo a qual a empresa deve manter patrimônio líquido positivo e notificar a MAS de qualquer descumprimento.

O baixo valor legal não deve iludir o fundador quanto ao capital realmente necessário. A MAS pede comprovação de que a empresa consegue financiar suas operações pelo menos durante o primeiro ano sem recorrer aos ativos dos clientes. Na prática, espera que um requerente de MPI no negócio de DPT demonstre financiamento assegurado da ordem de alguns poucos milhões de dólares de Singapura. A licença também conterá uma condição que obriga a empresa a manter

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

um capital mínimo acima do valor-base legal, e a MAS tem usado tais condições para exigir que licenciados de DPT mantenham capital compatível com seu risco operacional.

O depósito de garantia de uma MPI é fixado pela s. 22 do Payment Services Act (PSA) e é depositado junto à MAS em dinheiro ou por meio de garantia bancária. Seu valor depende do volume mensal de transações do licenciado e do número de serviços. Funciona como fundo de última instância para os créditos dos clientes. O depósito é distinto da proteção do dinheiro dos clientes prevista na s. 23. Para uma MPI, esse dinheiro deve ser mantido em uma conta fiduciária (trust account) em um banco em Singapura, ser coberto por garantia bancária ou ser objeto de um compromisso de um banco de responder integralmente por ele.[3] A proteção prevista na s. 23 aplica-se ao "relevant money", isto é, à moeda fiduciária recebida para um serviço de pagamento. Não se aplica a tokens. A proteção dos tokens dos clientes rege-se pelo regime de segregação autônomo introduzido em 2024.

Notas

1. MAS, página "Standard Payment Institution Licence" em mas.gov.sg (capital-base de S$ 100.000); o valor de S$ 250.000 para a MPI consta das Payment Services Regulations 2019 e da página correspondente da MAS. ↩
2. Payment Services Regulations 2019 (S 810/2019), reg. 2(2) e 2(3), definições de "base capital" e de "irredeemable and non-cumulative preference share capital", conforme consultadas no Singapore Statutes Online. ↩
3. PSA, ss 22 (depósito de garantia) e 23 (proteção do relevant money); Payment Services Regulations 2019, disposições sobre a conta fiduciária e o compromisso do banco. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com